

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Requerimento nº 860, de 2024, do Senador Jorge Seif, que *requer informações à Senhora Esther Dweck, Ministra de Estado de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sobre os dados apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em seu relatório TC 021.731/2019-5.*

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, vem a esta Comissão Diretora o Requerimento nº 860, de 2024, do Senador Jorge Seif, que requer informações à Senhora Esther Dweck, Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos sobre os dados apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em divulgação recente de acompanhamento da situação das obras públicas no país.

É o relatório.

II – ANÁLISE

A última edição do acompanhamento realizado pelo TCU para avaliar a evolução do cenário de paralisação de obras públicas financiadas com



recursos federais (Acórdão 2600/2024-TCU-Plenário¹) mostrou números alarmantes. Em síntese, alguns dos principais achados do TCU foram:

- Dos 22.958 contratos de obras públicas em andamento, 11.941 estão paralisados, representando 52% do total;
- Cerca de R\$ 9 bilhões já foram investidos nas obras interrompidas, sendo necessários aproximadamente R\$ 20 bilhões adicionais para concluí-las;
- As áreas mais afetadas são saúde e educação, com 8.674 obras paralisadas, correspondendo a 72% do total de projetos interrompidos.

Segundo relatório do TCU que marcou o início do processo de acompanhamento, “as principais causas constatadas que estavam conduzindo à ocorrência de obras paralisadas e inacabadas com recursos federais foram: (i) deficiência técnica, (ii) deficiências no fluxo orçamentário/financeiro, e (iii) abandono das obras pelas empresas contratadas. Em análise aprofundada dessas causas, verificou-se que o **mau planejamento dos empreendimentos** é o principal fator de paralisação tanto para obras de baixo como de alto valor, por exemplo: projeto básico deficiente, falta de contrapartida e falta de capacidade técnica para execução do empreendimento.”

Obras paradas representam um alto custo para a sociedade, pois os recursos já aportados são de difícil recuperação e não produzem nenhum retorno até que os projetos sejam concluídos. Além disso, em um cenário fiscal

¹ Fonte: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/1079%252F2019/%2520%2520%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/2>.

de sérias restrições como o vivido atualmente, é injustificável que o Poder Público desperdice recursos que poderiam ser alocados para outras áreas ou reduzir a dívida pública.

Outra consequência lamentável é a constatação de que essas obras paradas poderiam contribuir para o crescimento econômico do país. Segundo dados do Tesouro Nacional, o investimento público federal no ano de 2023 foi de apenas 0,75% do PIB. É necessário muito mais que isso para que o país reúna condições de crescer continuamente e de forma sustentável, eliminando os gargalos de infraestrutura.

Dessa forma, refletir sobre os motivos que levam a tantas obras paralisadas pode ser um caminho para entender e corrigir esse quadro de baixo investimento público.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do presente requerimento de informações à Excelentíssima Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para que esta responda dentro do prazo constitucional.

Sala das Reuniões,

, Presidente



, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Chico Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8609168257>